

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAMPUS GOVERNADOR VALADARES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE ECONOMIA**

GARDÊNNYA RAYSSE BARRETO DE ALVARENGA

**Engajamento de mulheres na política: prefeitas eleitas e novas candidaturas de
mulheres**

**Governador Valadares
2023**

Engajamento de mulheres na política: prefeitas eleitas e novas candidaturas de mulheres

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientadora: Ma. Nayara Peneda Tozei.

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Barreto de Alvarenga, Gardênnya Raysse.

Engajamento de mulheres na política : prefeitas eleitas e novas candidaturas de mulheres / Gardênnya Raysse Barreto de Alvarenga. -- 2023.

34 p.

Orientadora: Nayara Peneda Tozei

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Avançado de Governador Valadares, Faculdade de Economia, 2023.

1. Mulheres. 2. Eleições. 3. Representação política. I. Tozei, Nayara Peneda, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

GARDÊNNYA RAYSSE BARRETO DE ALVARENGA

Engajamento de mulheres na política: prefeitas eleitas e novas candidaturas de mulheres

Trabalho de monografia aprovado como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares, pela seguinte banca examinadora:

Aprovado em 22 de junho de 2023

BANCA EXAMINADORA

Ma. Nayara Peneda Tozei – Orientador (a)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Sahra Ferreira Pinheiro
Universidade Federal de Juiz de Fora



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Peneda Tozei, Professor(a)**, em 22/06/2023, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sahra Ferreira Pinheiro, Professor(a)**, em 27/06/2023, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.uffj.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1336389** e o código CRC **7DF6528D**.

Dedico este trabalho à minha mãe, Irenilde. Seu apoio e incentivo foram fundamentais para
que eu pudesse chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, por ter me sustentado até aqui. À minha família, que foi fundamental nessa trajetória. Em especial, a minha mãe, Irenilde, cujo amor e apoio foram inestimáveis; à minha irmã, Morganna, que nunca soltou a minha mão e sempre me encorajou a seguir em frente; e à minha querida tia Lena, que sempre cuidou de mim como filha.

Ao meu namorado, Cícero, por todo apoio, companheirismo e cuidado de sempre. Aos amigos que a faculdade me deu, Estela, Grasielle, Pedro Neves, Marcelle, Michael, Pedro Henrique, Taís, Laís, Lígia, Matheus e Beatriz. Vocês tornaram essa trajetória mais leve. Agradeço a todo corpo docente da UFJF/GV, em especial à minha orientadora, Nayara Peneda Tozei, por ter sido tão compreensiva e paciente. Sou grata por todo seu apoio e incentivo.

A todos vocês, meu muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar se a eleição de mulheres em cargos políticos de liderança têm relação positiva com o engajamento político de outras mulheres. Mais especificamente, este trabalho verifica se há relação entre mulheres eleitas ao cargo de prefeita nas eleições municipais de 2012 e o número e percentual de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita em 2016. Para alcançar esse objetivo, foram utilizados dados extraídos da plataforma de acesso a dados eleitorais desenvolvida pelo Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP) e foi utilizado o método de Mínimos Quadrados Ordinários. Os resultados obtidos indicam que a presença de uma mulher eleita prefeita em 2012 tem relação positiva com o número e percentual de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita em 2016. Isto sugere que a presença de mulheres em espaços políticos é um meio importante para aumentar a representatividade feminina na política.

Palavras-chave: 1. Mulheres. 2. Eleições. 3. Representação política.

ABSTRACT

The present study aims to evaluate whether the election of women in leadership positions in politics is positively related to the political engagement of other women. Specifically, this study examines whether there is a connection between women elected as mayors in the 2012 municipal elections and the percentage and number of female candidates for mayor in 2016. To achieve this objective, data extracted from the electoral access platform developed by the Center for Public Sector Policy and Economics (CEPESP) was used, employing the Ordinary Least Squares method. The results obtained indicate that the presence of a woman elected as mayor in 2012 is positively related to the number and percentage of female candidates for mayor in 2016. This suggests that the presence of women in political spaces is an important means of increasing female representation in politics.

Keywords: 1. Women. 2. Elections. 3. Political representation.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Descrição das variáveis utilizadas	18
Tabela 1 – Total e percentual de mulheres e homens eleitos ao cargo de prefeito em 2012 ...	20
Tabela 2 – Total e percentual de candidatos ao cargo de prefeito em 2012 e 2016	20
Tabela 3 – Candidaturas nas eleições municipais de 2012 em relação ao gênero dos eleitos em 2012	21
Tabela 4 – Candidaturas nas eleições municipais de 2016 em relação ao gênero dos eleitos em 2012	22
Tabela 5 – Análise descritiva das variáveis de controle em relação ao gênero dos eleitos em 2012	22
Tabela 6 – Resultados das estimações	24
Tabela 7 – Teste de multicolinearidade	30
Tabela 8 – Teste de heterocedasticidade	30
Tabela 9 – Teste de multicolinearidade	31
Tabela 10 – Teste de heterocedasticidade	31
Tabela 11 – Matriz de correlação	32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 MULHERES NA POLÍTICA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	12
2.1.1 Mulheres na política: Engajamento político de outras mulheres	14
3 METODOLOGIA	16
3.1 MODELOS E VARIÁVEIS UTILIZADAS	16
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	20
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS	20
4.1.1 Resultados das estimações	23
5 CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS	27
APÊNDICE A – Testes de multicolinearidade e heterocedasticidade	30
APÊNDICE B – Matriz de correlação	32

1 INTRODUÇÃO

Embora tenham ocorrido avanços significativos nas últimas décadas, a presença de mulheres na política é limitada em grande parte dos países do mundo. Estudos conduzidos pela UN WOMEN (2022) revelam que as instituições políticas ainda estão longe de alcançar a paridade de gênero, especialmente nos níveis mais altos do poder executivo e legislativo. Em 2021, as mulheres ocupavam apenas 21,9% dos cargos ministeriais; em 2022, apenas 14% dos países tinham uma mulher como chefe de Estado e/ou governo. Além disso, as mulheres representam apenas 26,4% dos parlamentares em todo o mundo e 34,3% dos representantes do governo local.

No contexto brasileiro, apesar de representarem aproximadamente 52% do eleitorado, as mulheres continuam sub-representadas nos espaços políticos e de poder. Segundo dados disponibilizados no portal Mulheres do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (BRASIL, 2023, recurso online), no período de 2016 a 2022, apenas 33% das candidaturas nas eleições municipais foram de mulheres e somente 15% foram eleitas. Além disso, o Brasil ocupou a posição 129 no ranking geral de mulheres nos parlamentos nacionais, com apenas 17,7% dos assentos na Câmara dos Deputados ocupados por mulheres.

Diante desse contexto, aumentar a presença de mulheres na política é um fator importante para a promoção da igualdade de gênero. No Brasil, por exemplo, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, alterada em 2009, foi promulgada como o objetivo de promover a equidade de gênero na política. De acordo com essa lei, cada partido ou coligação deve preencher no mínimo 30% e no máximo 70% das candidaturas de cada sexo (BRASIL, 1997). Em setembro de 2021, o Congresso Nacional também aprovou a emenda constitucional nº 111, estabelecendo a contagem em dobro dos votos dados a mulheres e pessoas negras para a distribuição de recursos do fundo partidário e eleitoral (BRASIL, 2021). Além disso, em abril de 2022, a emenda constitucional nº 117 foi promulgada, determinando a destinação de percentuais mínimos de recursos do fundo partidário para campanhas de mulheres e programas voltados à sua participação política (BRASIL, 2022).

Estudos sobre o tema mostram que a participação crescente de mulheres na política pode resultar na implementação de políticas públicas mais abrangentes e inclusivas (CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004; BHALOTRA; CLOTS- FIGUERAS, 2014; SVALERYD, 2009). Além desses resultados, uma parte da literatura aponta que uma maior exposição de mulheres em cargos de liderança política tem sido associada ao engajamento de outras mulheres na política, medido, por exemplo, por maior número de candidaturas de

mulheres a cargos políticos (AVARTE; FIRPO; PIERI, 2017; BASKARAN; HESSAMI, 2018; SPECK, 2018)

Diante o exposto, o presente trabalho, utilizando como base o trabalho de Speck (2018), que fornece dados das eleições municipais para prefeito no Brasil entre 2000 e 2012, utiliza dados mais recentes e tem como objetivo investigar se a eleição de mulheres para o cargo de prefeita em municípios brasileiros durante as eleições de 2012 está associada a um aumento no número e percentual de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita em 2016. Dessa forma, busca-se compreender se a presença de mulheres em cargos de liderança política pode influenciar a participação política de outras mulheres e, conseqüentemente, contribuir para o fortalecimento da democracia. Uma das principais conclusões da pesquisa é que a presença de mulheres em cargos de prefeita está associada à participação de outras mulheres na política.

Após esta introdução, este trabalho está dividido em cinco seções. A seção 2 compreende a revisão de literatura, que está dividida em duas partes: a primeira aborda os principais efeitos da participação das mulheres na política e a segunda trata da influência da presença de mulheres em cargos de liderança política no engajamento político de outras mulheres. A terceira seção apresenta a metodologia, incluindo os modelos e variáveis utilizadas. A quarta seção analisa os resultados, incluindo as estatísticas descritivas, e as considerações finais são apresentadas na seção 5.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A presente seção tem como objetivo apresentar, por meio de evidências empíricas, como a presença de mulheres em cargos políticos de destaque pode gerar impactos distintos daqueles observados quando homens ocupam os mesmos cargos. Inicialmente, são discutidos os principais efeitos da participação de mulheres na política. Em seguida, são discutidos os efeitos da presença de mulheres em postos de liderança política no engajamento político de outras mulheres.

2.1 MULHERES NA POLÍTICA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

A literatura empírica a respeito dos principais impactos da participação feminina em postos de liderança política é bastante extensa, principalmente, no que diz respeito à relação entre mulheres e gastos sociais. Evidências na Índia mostram que a reserva política de vagas para mulheres nos parlamentos indianos proporciona um aumento significativo nos gastos públicos relacionados às necessidades das mulheres que vivem em áreas rurais, como no fornecimento de água potável e na melhoria das estradas (CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004).

De forma semelhante, Clots-Figueras (2011), ao analisar os efeitos da representação feminina no poder legislativo da Índia, constatou que o gênero dos governantes afeta as políticas implementadas, mas que sua posição social (sua casta) também é um fator que deve ser levado em consideração. De acordo com a autora, as legisladoras estaduais que ocupam cadeiras reservadas para castas inferiores e tribos menos favorecidas realizam mais investimentos em saúde, educação infantil e favorecem leis que concedem às mulheres direitos sucessórios. Além disso, essas representantes são mais favoráveis a políticas redistributivas, como a reforma agrária. Já as legisladoras provenientes de castas superiores reduzem os gastos sociais, se opõem às reformas agrárias e não são favoráveis às leis que garantem direitos sucessórios às mulheres.

Em outro artigo, a autora explora os efeitos da representação feminina na política sobre o desempenho educacional. Conforme os resultados da pesquisa mostram, uma maior participação de mulheres no legislativo indiano aumenta a probabilidade de que um indivíduo complete o ensino fundamental em áreas urbanas, mas não em áreas rurais. Para a autora, existem duas explicações para essa diferença, a primeira é que esse efeito pode ser explicado pelo fato das mulheres investirem mais em educação onde elas conseguem obter maiores

retornos, e a segunda é que os investimentos em educação são mais visíveis para os eleitores nas áreas urbanas. (CLOTS-FIGUERAS, 2012).

Além desses achados, outros pesquisadores também encontraram evidências de que o gênero do representante eleito tem influência nas decisões políticas. Em um estudo realizado nos conselhos locais da Suécia, Svaleryd (2009) verificou que um aumento de mulheres nesses conselhos associa-se a um aumento nos gastos públicos destinados à saúde e à educação. Besley e Case (2003) também encontraram que a representação feminina fortalece as leis de apoio às crianças e assistência familiar nos Estados Unidos.

Do mesmo modo, Bhalotra e Clots-Figueras (2014) enfatizam que a representação política de mulheres nas legislaturas estaduais da Índia melhora a prestação pública de serviços de saúde pré-natal e infantil. Os resultados obtidos por essas autoras mostram que nessas localidades existe uma redução significativa na taxa de mortalidade infantil neonatal, em que um aumento de 10 pontos percentuais na representação das mulheres resulta em uma redução de 2,1 pontos percentuais na mortalidade neonatal.

Conforme observado, a participação crescente de mulheres na política pode resultar na implementação de políticas públicas mais abrangentes e inclusivas. Brollo e Troiano (2016), ao analisarem uma série de fatores relacionados ao papel das mulheres como formuladoras de políticas nas eleições municipais brasileiras, verificaram que as prefeitas atraem mais transferências discricionárias, oferecem mais assistência pré-natal na saúde e são menos propensas à corrupção, assim como são mais propensas que o sexo oposto a desaprovar a prática de aceitar subornos. Swamy *et. al* (2001) também apontam que entre os países em que as mulheres detêm uma parcela maior de assentos nos parlamentos e nos altos cargos de burocracia do governo, a corrupção é menos grave (DOLLAR; FISMAN; GATTI, 2001).

Já em um trabalho mais recente sobre a diversidade de gênero no setor público e sua influência nos gastos públicos e boa governança na América Latina, Turrent (2019) salienta que a inclusão de mais mulheres nos cargos públicos pode levar a uma maior sensibilidade para questões sociais e a uma melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo governo. Segundo a autora, é necessário a implementação de políticas públicas que visem a fortalecer a participação de mulheres no setor público.

De acordo com a maior parte da literatura consultada, portanto, a participação feminina em cargos de liderança política tem apresentado impactos significativos, especialmente na tomada de decisões e na implementação de políticas públicas. Nesse contexto, é fundamental destacar a relevância de mulheres ocupando esses cargos, uma vez que elas podem inspirar e encorajar outras mulheres a se envolverem na política. Diante disto, na próxima seção são

discutidas as principais implicações da presença feminina no engajamento político de outras mulheres.

2.2 Mulheres na política: Engajamento político de outras mulheres

Dada a relevância da participação de mulheres na política, esta seção contempla os principais trabalhos que versam sobre a influência que mulheres em posições de liderança política têm sobre o engajamento político de outras mulheres.

Avarte, Firpo e Pieri (2017), ao estudarem as eleições municipais no Brasil, com destaque para a candidatura de mulheres à prefeitura, verificaram que a eleição de uma prefeita está relacionada a um aumento no número de votos recebidos por mulheres para o cargo de deputada nas eleições seguintes. Conforme observado pelos autores, esse efeito geralmente é mais forte nos municípios que contam com uma maior representação de mulheres eleitas como vereadoras e, sobretudo, quando essas mulheres têm níveis mais elevados de escolaridade. Ou seja, uma maior participação de mulheres na política estimula outras mulheres a participarem de outros cargos políticos.

De modo semelhante, Speck (2018) ao examinar as eleições municipais para prefeito no Brasil entre 2000 e 2012, constatou que a eleição de uma prefeita aumenta significativamente a probabilidade de ter candidatas ao mesmo cargo lançando-se pela primeira vez no próximo pleito. Para o autor, a vitória de mulheres em eleições majoritárias desencadeia mecanismos de retroalimentação que ampliam o espaço das mulheres na política, ou seja, a presença de mulheres em cargos de maior visibilidade, como nas prefeituras municipais, emite efeitos positivos, contagiando outras mulheres a cogitarem uma carreira política.

Consistente com esse resultado, Baskaran e Hessami (2018) frisam que expor eleitores a mulheres em posições de destaque político pode ser um meio importante para aumentar a representação feminina na política. De acordo com os principais resultados obtidos pelos autores, quando uma prefeita é eleita, candidatas a vereadoras, especialmente as que estão se candidatando pela primeira vez, recebem mais votos preferenciais. Esse efeito se estende para os municípios vizinhos, levando a um aumento na participação feminina nos conselhos municipais. De acordo com Gilardi (2015), essa tendência também pode ser observada na Suécia, onde a eleição de uma prefeita aumenta a probabilidade de outras mulheres se candidatarem ao cargo de prefeito em municípios vizinhos.

De acordo com Atkeson (2003) e Campbell e Wolbrecht (2006), a presença de mulheres competitivas e com visibilidade durante as campanhas políticas pode impulsionar o

engajamento político entre as mulheres. Atkeson argumenta que a presença de mulheres como atores visíveis no sistema político sinaliza a aceitação delas nesses ambientes e aumenta a sensação de conexão delas com o sistema político, que é predominantemente composto por homens. Enquanto isso, Campbell e Wolbrecht destacam que a presença de modelos femininos visíveis na política pode levar a discussões políticas no ambiente familiar, especialmente quando há candidaturas femininas com alta visibilidade na mídia. Além disso, esse processo de socialização política pode ter um impacto positivo na participação futura das mulheres, especialmente em meninas adolescentes.

Embora a maior parte da literatura aponte para um impacto positivo, as evidências nos Estados Unidos mostram que a eleição de mulheres para cargos legislativos estaduais não apresenta nenhum efeito significativo na participação política de outras mulheres, seja em níveis de massa ou elite. Além disso, esse efeito também não é significativo na probabilidade de outras mulheres concorrerem ou serem eleitas em regiões vizinhas em eleições subsequentes (BROOCKMAN, 2014). De acordo com o autor, esses resultados mostram que é essencial dar atenção às barreiras subjacentes à participação igualitária de mulheres na política, uma vez que ainda existem obstáculos que impedem a inclusão das mulheres na democracia americana.

Diante das evidências apresentadas, é possível observar que a presença de mulheres em cargos de liderança política pode gerar impactos distintos daqueles observados quando homens ocupam os mesmos cargos, principalmente na implementação de políticas públicas mais abrangentes e inclusivas e no engajamento político de outras mulheres.

3 METODOLOGIA

A presente monografia tem como principal fonte de embasamento o trabalho de Speck (2018), que fornece dados das eleições municipais para prefeito no Brasil entre 2000 e 2012. Este trabalho utiliza dados mais recentes para estimar a relação entre mulheres eleitas ao cargo de prefeita nas eleições municipais de 2012 e o número e percentual de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita em 2016. Para alcançar esse objetivo, foram utilizados o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e modelos similares ao estudo de Speck, envolvendo a análise de dados eleitorais e socioeconômicos dos municípios brasileiros.

Durante o período analisado, o número de municípios aumentou de 5.529 em 2012 para 5.570 em 2016. A amostra foi limitada às candidaturas de 2012 consideradas “deferidas” e aos municípios que tiveram candidaturas “deferidas com recurso”, e 85 municípios com possibilidade de segundo turno foram excluídos da análise, o que representa cerca de 0,01% das eleições municipais. Após a aplicação dessas restrições, a amostra final consistiu em 5.429 municípios.

Os dados sobre as eleições foram coletados por meio da plataforma de acesso a dados eleitorais desenvolvida pelo Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Os dados sobre os municípios foram extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Atlas de Desenvolvimento Humano.

3.2 MODELOS E VARIÁVEIS UTILIZADAS

Foram estimados dois modelos distintos. Em um deles a variável dependente é representada pelo número de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita nas eleições de 2016 (NCM_{16}). No outro, a variável dependente corresponde ao percentual de candidaturas de mulheres no mesmo cargo e pleito (PCM_{16}). A variável explicativa é uma *dummy* que indica se o município elegeu uma mulher para a prefeitura na eleição municipal anterior em 2012. Os termos β são os parâmetros que serão estimados e o termo de erro u denota características municipais não observáveis. Para detectar possíveis problemas de estimação na análise dos modelos, foram feitos testes de multicolinearidade e heterocedasticidade, os resultados estão disponíveis no apêndice A desta monografia. Em relação aos resultados esperados, Speck (2018) analisou as eleições municipais para prefeito no Brasil entre 2000 e 2012 e constatou que, nos municípios em que elegeram uma prefeita, a probabilidade de ter candidatas lançando-

se pela primeira vez na próxima eleição é 1,8 vezes maior em relação a disputa eleitoral anterior. Com base nisso, espera-se, portanto, que os coeficientes estimados sejam positivos.

$$NCM_{16} = \beta_0 + \beta_1 DMP_{12} + \mu \quad (1)$$

$$PCM_{16} = \beta_0 + \beta_1 DMP_{12} + \mu \quad (2)$$

Para controlar algumas características municipais, foram estimados também os modelos 3 e 4.

$$NCM_{16} = \beta_0 + \beta_1 DMP_{12} + \beta_2 IDH_{10} + \beta_3 PIB_{16} + \beta_4 POP_{16} + \beta_5 GOV_{14} + \beta_6 SEN_{14} + \mu \quad (3)$$

$$PCM_{16} = \beta_0 + \beta_1 DMP_{12} + \beta_2 IDH_{10} + \beta_3 PIB_{16} + \beta_4 POP_{16} + \beta_5 GOV_{14} + \beta_6 SEN_{14} + \mu \quad (4)$$

Em que as variáveis correspondem:

IDH_{10} : Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios em 2010;

PIB_{16} : Produto Interno Bruto per *capita* dos municípios em log em 2016;

POP_{16} : população total dos municípios em log em 2016;

GOV_{14} : dummy que indica se o município elegeu uma mulher governadora em 2014 e;

SEN_{14} : dummy que indica se o município elegeu uma mulher senadora em 2014.

Conforme Araújo e Alves (2017) destacam, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é amplamente utilizado como indicador de desenvolvimento em estudos comparativos, inclusive em estudos de gênero. Nesse contexto, a variável IDH-M foi utilizada no presente estudo para controlar o peso de fatores socioeconômicos sobre as chances de sucesso das mulheres. Segundo Speck (2018), a inclusão dessa variável nos dados permite avaliar se em municípios mais desenvolvidos a ascensão de mulheres é mais fácil do que em contextos com condições de vida mais precárias. Diante disso, espera-se, assim, que a relação dessa variável com o número e percentual de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita nas eleições de 2016 seja positiva.

A variável referente a população total é utilizada neste estudo para avaliar o tamanho dos municípios. De acordo com Speck (2018), em municípios maiores há uma maior competitividade nas eleições, o que tende a aumentar o número de mulheres na disputa. Por outro lado, em municípios menores há um maior espaço para a comunicação direta entre candidatos e eleitores, o que pode reduzir a influência do preconceito contra mulheres, tornando o ambiente político mais favorável para sua participação (SPECK; CERVI 2016; SPECK, 2018). Portanto, a variável “população total” pode ter um mecanismo tanto positivo quanto

negativo sobre o número e percentual de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita em 2016.

Também foram incluídas no modelo duas variáveis políticas: uma correspondente às eleições para governador e outra às eleições para senador. De acordo com Speck (2018), a presença de mulheres em cargos eletivos estaduais pode ter um efeito positivo na política municipal. Com isso, é esperado que seus efeitos sejam positivos sobre os coeficientes estimados. Além disso, foi incluída uma variável correspondente ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, levando em consideração as possíveis disparidades de renda existentes entre os municípios. No quadro 1, é possível encontrar a descrição completa das variáveis utilizadas, bem como suas respectivas fontes de dados.

Quadro 1: Descrição das variáveis utilizadas

(continua)

VARIÁVEIS	Descrição	Fonte
PCM_{16}	Percentual de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita nas eleições de 2016	CEPESP
NCM_{16}	Número de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita nas eleições de 2016	CEPESP
DMP_{12}	Variável dummy que indica se o município elegeu uma mulher para a prefeitura na eleição municipal anterior (2012)	CEPESP
$IDHM_{10}$	Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios.	Atlas de Desenvolvimento Humano
POP_{16}	População total (tamanho do município) em log	IBGE

Quadro 1: Descrição das variáveis utilizadas

(conclusão)

VARIÁVEIS	Descrição	Fonte
<i>PIB per capit</i>	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> em log	IBGE
<i>GOV₁₄</i>	Variável dummy que indica se o município elegeu uma governadora em 2014	CEPESP
<i>SEN₁₄</i>	Variável dummy que indica se o município elegeu uma senadora em 2014	CEPESP

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados a análise descritiva dos dados, bem como os resultados obtidos com os modelos estimados.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

A presente seção contempla a análise descritiva dos dados. Na tabela 1 é apresentada as estatísticas descritivas do total e percentual de mulheres e homens eleitos ao cargo de prefeito nas eleições municipais de 2012. Do total de 5 429 candidatos eleitos, apenas 11,71% são mulheres e 88,29% são homens. Considerando que no período analisado as mulheres representavam cerca de 52% da população brasileira, é nítido que este ainda é um grupo pouco representado na política.

Tabela 1- Total e percentual de mulheres e homens eleitos ao cargo de prefeito em 2012

Eleitos	Quantidade	Percentual
Mulheres	636	11,71%
Homens	4793	88,29%
Total	5429	100%

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A tabela 2 apresenta o total e percentual de candidatos nas eleições municipais de 2012 e 2016. Do total de 13.986 candidatos concorrendo ao cargo de prefeito em 2012, apenas 13,02% eram mulheres e 86,91% eram homens.

Tabela 2- Total e percentual de candidatos ao cargo de prefeito em 2012 e 2016

Candidatos	Quantidade em 2012	Percentual em 2012	Quantidade em 2016	Percentual em 2016
Mulheres	1859	13,02%	1934	13,06%
Homens	12127	86,91%	12913	86,90%
Total	13 986	99,93%	14847	99,96%

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Já em 2016, embora o número total de candidaturas tenha aumentado para 14.847, o percentual de mulheres e homens candidatos foi bastante semelhante ao das eleições municipais

em 2012, com 13,06% dos candidatos sendo mulheres e 86,90% sendo homens. Conforme os dados mostram, a participação das mulheres nas eleições majoritárias para prefeito ainda continua bastante limitada.

Na tabela 3, é possível observar que a média de candidatas mulheres é inferior nos municípios que elegeram homens em 2012, sendo que vários desses municípios nem registraram candidaturas de mulheres. Por outro lado, a média de candidatos homens é maior do que a de candidatas mulheres nos municípios que elegeram homens em 2012, sendo o número mínimo de candidatos homens um e o máximo nove.

Tabela 3- Candidaturas nas eleições municipais de 2012 em relação ao gênero dos eleitos em 2012

Municípios	Candidatas mulheres (2012)				Candidatos homens (2012)			
	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Elegeram mulheres em 2012	1,234	0,456	1	3	1,373	0,891	0	5
Elegeram homens em 2012	0,224	0,449	0	3	2.348	0,941	1	9
Total	0,342	0,555	0	3	2,234	0,987	0	9

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Nota: Os dados apresentados na tabela referem-se aos municípios com base no gênero dos candidatos eleitos. O total de municípios é de 5.429, dos quais 4.793 elegeram homens e 636 elegeram mulheres.

Por fim, os dados apresentados na tabela 4 mostram que os municípios que elegeram mulheres em 2012 apresentaram uma média de candidatas relativamente baixa, ainda que superior à média dos demais municípios analisados. Embora esses municípios tenham tido uma mulher eleita no pleito anterior, não houve registro de candidatas mulheres em alguns municípios nas eleições municipais de 2016. Além disso, nesses municípios houve no máximo três candidatas mulheres concorrendo ao cargo de prefeita na eleição seguinte. Por outro lado, a média de candidatos homens é maior nos municípios que elegeram homens em 2012, sendo o máximo dez candidaturas.

Tabela 4- Candidaturas nas eleições municipais de 2016 em relação ao gênero dos eleitos em 2012

Municípios	Candidatas mulheres (2016)				Candidatos homens (2016)			
	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Elegeram mulheres em 2012	0,758	0,650	0	3	1,993	1,211	0	8
Elegeram homens em 2012	0,303	0,538	0	4	2,439	1,134	0	10
Total	0,356	0,571	0	4	2,378	1,152	0	10

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Nota: Os dados apresentados na tabela referem-se aos municípios com base no gênero dos candidatos eleitos. O total de municípios é de 5.429, dos quais 4.793 elegeram homens e 636 elegeram mulheres.

Após a análise descritiva dos dados eleitorais, a tabela 5 apresenta as estatísticas descritivas de três importantes indicadores socioeconômicos dos municípios: o Índice de Desenvolvimento Humano, o Produto Interno Bruto *per capita* e a população total.

Tabela 5 - Análise descritiva das variáveis de controle em relação ao gênero dos eleitos em 2012

		(continua)		
		Municípios que elegeram mulheres	Municípios que elegeram homens	Total de municípios
IDH-M	Média	0.64	0.66	0.66
	DP.	0.07	0.07	0.07
	Mínimo	0.45	0.42	0.42
	Máximo	0.81	0.86	0.86
PIB <i>per capita</i>	Média	18431.61	21218.89	20892.36
	DP.	20378.06	20137.04	20183.45
	Mínimo	4585.72	3190.57	3190.57
	Máximo	296459.30	314637.70	314637.70
Pop. Total	Média	21700.41	23436.90	23233.47

Tabela 5 - Análise descritiva das variáveis de controle em relação ao gênero dos eleitos em 2012

				(conclusão)
		Municípios que	Municípios que	Total de
		elegeram	elegeram	municípios
		mulheres	homens	
Pop. Total	DP.	36331.68	36689.13	36648.36
	Mínimo	815	838	815
	Máximo	326419	358164	358164

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

DP: corresponde ao desvio padrão.

Nota: Os dados apresentados na tabela referem-se aos municípios com base no gênero dos candidatos eleitos. O total de municípios é de 5.429, dos quais 4.793 elegeram homens e 636 elegeram mulheres.

Com base nos dados apresentados na tabela 5, nota-se que os municípios que elegeram mulheres em 2012 apresentaram valores médios mais baixos em todas as variáveis analisadas. No entanto, os valores são semelhantes aos demais municípios analisados. Além disso, os desvios padrão também são semelhantes, o que sugere que a dispersão dos dados é similar entre os grupos analisados.

4. 2 Resultados das estimações

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da estimação de quatro modelos. A tabela 11 reporta as estimativas obtidas utilizando o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Os modelos 1 e 2 têm como variável dependente o número de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita nas eleições municipais de 2016, representados pelas equações 1e 3, respectivamente. Os modelos 3 e 4, por sua vez, têm o percentual de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita nas eleições municipais de 2016 como variável dependente, e correspondem as equações 2 e 4, respectivamente.

De acordo com o primeiro modelo estimado, nota-se que, através da estatística F, o modelo é significativo a 1% de significância. Com base no coeficiente de determinação, a equação estimada consegue explicar 6,56% das variações observadas no número de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita em 2016. Esses resultados são consistentes com os resultados encontrados por Speck (2018). Da mesma forma, o terceiro modelo estimado, também significativo a 1% de significância, explica 7,82% das variações observadas no percentual de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita em 2016.

Tabela 6 - Resultados das estimações

	Variável dependente: Número de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita em 2016		Variável dependente: Percentual de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita em 2016	
	(1)	(2)	(3)	(4)
Mulher eleita	0.4549*** (0.0269)	0.4397*** (0.0267)	0.1886*** (0.0111)	0.1813*** (0.110)
Constante	0.3029*** (0.0078)	0.2915** (0.1286)	0.1085*** (0.0029)	0.3271*** (0.0462)
IDH-M	-	-0.8307*** (0.1666)	-	-0.3398*** (0.0611)
PIB <i>per capita</i>	-	0.0083 (0.0166)	-	0.0035 (0.0062)
Pop. Total	-	0.0499*** (0.0075)	-	-0.0035 (0.0025)
Governadoras Eleitas	-	0.6988*** (0.2037)	-	0.1016* (0.0606)
Senadoras Eleitas	-	0.0767*** (0.0265)	-	0.0385*** (0.0109)
R^2	0.0656	0.0886	0.0782	0.0939
Teste F	381.08	87.84	460.11	93.70

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Notas: Desvio padrão entre parênteses (correção robusta de White).

*** indica significância a 1%; ** indica significância a 5%; * indica significância a 10%.

R^2 Corresponde ao coeficiente de determinação.

Mulher eleita :corresponde a dummy que indica se o município elegeu uma prefeita em 2012.

IDH-M :corresponde ao Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios.

Pop. Total: corresponde a população total dos municípios.

PIP *per capita*: corresponde ao Produto Interno Bruto *per capita* dos municípios.

Governadoras eleitas: corresponde a dummy que indica se o município elegeu uma governadora.

Senadoras eleitas: corresponde a dummy que indica se o município elegeu uma senadora.

A análise realizada demonstrou uma relação positiva entre as candidaturas de mulheres em 2016 e a eleição de mulheres em 2012. Ao incluir as variáveis de controle, como o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios, o PIB *per capita*, a população total, bem como as dummies indicativas da eleição de mulheres para os cargos de governador e senador, a relação diminuiu um pouco, mas manteve-se positiva e estatisticamente significativa.

No primeiro modelo, constatou-se que a presença de uma mulher prefeita na eleição anterior está associada a um aumento médio de 0.4549 no número de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita em 2016. Já no terceiro modelo estimado, observou-se que a presença de uma mulher prefeita na eleição anterior está associada a um aumento de aproximadamente 0.1886 pontos percentuais no percentual de candidaturas de mulheres em 2016. Embora a relação seja maior no primeiro modelo estimado, esses resultados mostram que tanto o número

absoluto de candidaturas de mulheres quanto o percentual têm uma relação positiva com a eleição de mulheres ao cargo de prefeita em 2012, ou seja, quando uma mulher é eleita prefeita em um município, há uma relação positiva no engajamento político de outras mulheres.

No segundo modelo, a variável “Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios”, significativa a 1%, não se comporta conforme esperado por Speck (2018), demonstrando sinal negativo sobre o coeficiente estimado. Essa mesma tendência foi verificada no terceiro modelo. Por outro lado, em conformidade com a literatura, as variáveis correspondentes às eleições de governadoras e senadoras apresentaram coeficientes positivos e significativos em ambos modelos. No segundo modelo, por sua vez, essas variáveis foram significativas a 1%, sugerindo que a presença de mulheres em cargos eletivos estaduais melhora o engajamento político de outras mulheres, conforme mencionado por Speck (2018).

Por fim, a variável “população total” é estatisticamente significativa apenas no segundo modelo estimado, apresentando sinal positivo sobre o número de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita em 2016. Conforme Speck (2018) salienta, esse resultado pode indicar maior competitividade das eleições em municípios maiores. Já a variável PIB *per capita* não é estatisticamente significativa em nenhum dos modelos estimados, indicando que não há uma relação entre o PIB *per capita* dos municípios com o número e percentual de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita em 2016.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi analisar se a eleição de mulheres em cargos políticos de liderança tem relação positiva com o engajamento político de outras mulheres. Mais especificamente, este trabalho analisou se a presença de uma mulher eleita como prefeita nas eleições municipais de 2012 teve relação positiva com o número e percentual de candidaturas de mulheres no pleito seguinte. Para isso, foi utilizado o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e dados extraídos da plataforma de acesso a dados eleitorais desenvolvida pelo Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP).

No que diz respeito aos resultados, nem todas as variáveis foram estatisticamente significativas e apresentaram os sinais previstos. No geral, os resultados desta pesquisa demonstram que os municípios que elegeram mulheres ao cargo de prefeita em 2012 têm relação positiva com o número e percentual de mulheres que se candidataram ao cargo de prefeita em 2016. Além desses resultados, vale destacar que, as variáveis correspondentes às eleições para governadoras e senadoras em 2014 foram estatisticamente significativas e apresentaram os sinais previstos para os coeficientes estimados. As evidências aqui apresentadas mostram que a ocupação de mulheres em cargos de maior visibilidade, como encontrado em outros estudos, a exemplo de Speck (2018), têm um efeito positivo na política municipal. Esses resultados destacam que a presença de mulheres em espaços políticos pode ser um meio importante para aumentar a representatividade feminina na política.

Recomenda-se que estudos posteriores explorem a relação entre a eleição de uma mulher como prefeita com as candidaturas para vereadora. Esse tipo de análise permitiria uma compreensão mais abrangente do efeito que mulheres em posições de destaque político têm na representação política de outras mulheres em níveis locais. Além disso, sugere-se a utilização da técnica econométrica Regressão com Descontinuidade (RD) como uma abordagem complementar, devido aos benefícios adicionais que essa técnica pode trazer para as análises.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio Diniz. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados**, v. 50, p. 535-577, 2007.
- ARVATE, Paulo; FIRPO, Sergio; PIERI, Renan. Future electoral impacts of having a female mayor. **Brazilian Political Science Review**, v. 11, 2017.
- ATKESON, Lonna Rae. Not all cues are created equal: The conditional impact of female candidates on political engagement. **The Journal of Politics**, v. 65, n. 4, p. 1040-1061, 2003.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha/>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- BASKARAN, Thushyanthan; HESSAMI, Zohal. Does the election of a female leader clear the way for more women in politics? **American Economic Journal: Economic Policy**, v. 10, n. 3, p. 95-121, 2018.
- BESLEY, Timothy; CASE, Anne. Political institutions and policy choices: evidence from the United States. **Journal of Economic Literature**, v. 41, n. 1, p. 7-73, 2003.
- BHALOTRA, Sonia; CLOTS-FIGUERAS, Irma. Health and the political agency of women. **American Economic Journal: Economic Policy**, v. 6, n. 2, p. 164-97, 2014.
- BRASIL. **Emenda constitucional nº 111, de 28 de setembro de 2021**. Disponível em: [Emenda Constitucional nº 111 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc111.htm). Acesso em: 28 de maio de 2023.
- BRASIL. **Emenda constitucional nº 117, de 5 de abril de 2022**. Disponível em: [Emenda Constitucional nº 117 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc117.htm). Acesso em: 28 de maio de 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Brasil: Presidência da República, [1997]. Disponível em: [L9504compilado \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis9504compilado.htm). Acesso em: 28 de maio de 2023.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. ELEIÇÕES 2022: mulheres são a maioria do eleitorado brasileiro: Eleitoras correspondem a 52,65% das pessoas aptas a votar, mas sub-representação permanece. [S. l.], 18 jul. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/eleicoes-2022-mulheres-sao-a-maioria-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas. **TSE Mulheres**. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>. Acesso em: 28 fev. 2023.
- BROLLO, Fernanda; TROIANO, Ugo. What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. **Journal of Development Economics**, v. 122, p. 28-45, 2016.
- BROOCKMAN, David E. Do female politicians empower women to vote or run for office? A regression discontinuity approach. **Electoral Studies**, v. 34, p. 190-204, 2014.

CAMPBELL, David E.; WOLBRECHT, Christina. See Jane run: Women politicians as role models for adolescents. **The Journal of Politics**, v. 68, n. 2, p. 233-247, 2006.

CHATTOPADHYAY, Raghendra; DUFLO, Esther. Women as policy makers: Evidence from a randomized policy experiment in India. **Econometrica**, v. 72, n. 5, p. 1409-1443, 2004.

CLOTS-FIGUERAS, Irma. Are female leaders good for education? Evidence from India. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 4, n. 1, p. 212-44, 2012.

CLOTS-FIGUERAS, Irma. Women in politics: Evidence from the Indian States. **Journal of public Economics**, v. 95, n. 7-8, p. 664-690, 2011.

DOLLAR, David; FISMAN, Raymond; GATTI, Roberta. Are women really the “fairer” sex? Corruption and women in government. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 46, n. 4, p. 423-429, 2001.

FGV CEPESP (2022). CepespData - Banco de Dados Políticos. Acesso em: 29 jul. 2022. Disponível em <http://cepesp.io>

GILARDI, Fabrizio. The temporary importance of role models for women's political representation. *American Journal of Political Science*, v. 59, n. 4, p. 957-970, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas. Downloads. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/sinopse/>. Acesso em: 26 out. 2022.

IBGE. - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579/>. Acesso em: 26 jul. 2022.

SPECK, Bruno Wilhelm. O efeito contagiante do sucesso feminino: A eleição de prefeitas e o impacto sobre as candidaturas nos próximos pleitos. **Latin American Research Review**, v. 53, n. 1, p. 57-75, 2018.

SPECK, Bruno Wilhelm; CERVI, Emerson Urizzi. Dinheiro, tempo e memória eleitoral: os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012. **Dados**, v. 59, p. 53-90, 2016.

SVALERYD, Helena. Women's representation and public spending. *European Journal of Political Economy*, v. 25, n. 2, p. 186-198, 2009.

SWAMY, Anand et al. Gender and corruption. *Journal of development economics*, v. 64, n. 1, p. 25-55, 2001.

TURRENT, Guadalupe del Carmen Briano. La diversidad de género en el sector público y su influencia en el gasto público y buen gobierno. Evidencia en Latinoamérica. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, n. 74, 2019.

UN WOMEN. Facts and figures: Women's leadership and political participation. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/what-we-do/leadership-and-political-participation/facts-and-figures/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

UNITED NATIONS WOMEN. Progress on the Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot 2022. New York: United Nations, 2022.

APÊNDICE A – Testes de multicolinearidade e heterocedasticidade

Para detectar possíveis problemas de estimação na análise dos modelos, foram feitos testes de multicolinearidade e heterocedasticidade. Os testes de multicolinearidade revelaram que em nenhum dos modelos estimados houve indícios significativos de elevada correlação entre as variáveis independentes. No entanto, identificou-se a presença de problemas de heterocedasticidade em todos modelos analisados. Para controlar esse problema, foi necessário a correção robusta de White. As tabelas 7 e 8 correspondem ao modelo 2, e as tabelas 9 e 10 correspondem ao modelo 4.

Tabela 7- Teste de multicolinearidade

Variáveis	VIF	1/VIF
IDH-M	2.31	0.43
PIB <i>per capita</i> (em log)	2.28	0.44
Senadoras eleitas	1.01	0.99
População total (tamanho do município em log)	1.01	0.99
Dummy que indica se o município elegeu uma mulher para a prefeitura na eleição municipal anterior.	1.01	1.00
Governadoras eleitas	1.00	1.00
Média FIV	1.44	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Tabela 8- Teste de heterocedasticidade

Teste de White
Estatística geral do teste de White: 148.85
Graus de liberdade: 23
P- valor: 2.1e-20

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Tabela 9- Teste de multicolinearidade

Variáveis	VIF	1/VIF
IDH-M	2.31	0.43
PIB <i>per capita</i> (em log)	2.28	0.44
Senadoras eleitas	1.01	0.99
População total (tamanho do município em log)	1.01	0.99
Dummy que indica se o município elegeu uma mulher para a prefeitura na eleição municipal anterior.	1.01	1.00
Governadoras eleitas	1.00	1.00
Média FIV	1.44	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Tabela 10- Teste de heterocedasticidade

Teste de White
Estatística geral do teste de White: 174.09
Graus de liberdade: 23
P- valor: 3.5e-25

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

APÊNDICE B – Matriz de correlação

Tabela 11- Matriz de correlação

	NCM_{16}	DPM_{12}	$IDHM_{10}$	PIB_{16}	POP_{16}	GOV_{14}	SEN_{14}
NCM_{16}	1.00						
DPM_{12}	0.26	1.00					
$IDHM_{10}$	-0.11	-0.08	1.00				
PIB_{16}	-0.08	-0.07	0.75	1.00			
POP_{16}	0.08	-0.02	0.08	0.03	1.00		
GOV_{14}	0.07	0.01	-0.04	-0.00	0.01	1.00	
SEN_{14}	0.05	0.04	-0.10	-0.05	-0.05	-0.02	1.00

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

NCM_{16} : corresponde ao número de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeita nas eleições de 2016.

DPM_{12} : corresponde a dummy que indica se o município elegeu uma mulher prefeita em 2012.

IDH_{10} : corresponde ao Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios em 2010.

PIB_{16} : corresponde ao Produto Interno Bruto per *capita* dos municípios em 2016.

POP_{16} : corresponde população total dos municípios em 2016.

GOV_{14} : corresponde a dummy que indica se o município elegeu uma mulher governadora em 2014.

SEN_{14} : corresponde a dummy que indica se o município elegeu uma mulher senadora em 2014.